

*Artigo

O Brasil orgânico em tempos de crise

A Semana da Alimentação Orgânica coincide com as comemorações da semana do Meio Ambiente e uma reflexão se faz necessária: como suprir o aumento da demanda e aproveitar as oportunidades de negócios nos mercados interno e externo?

Passados mais de cinco anos do processo de regulamentação da Lei 10.831 dos orgânicos (2011), ainda não temos claramente uma visão do tamanho e posicionamento que o setor de produtos orgânicos conquistou. Sabemos em parte como a cadeia produtiva se distribui dentro do movimento, mas não sabemos o volume de produtos que se produz, não sabemos muito bem o quanto representa em termos de valores econômicos, não sabemos quais as regiões de maior desenvolvimento produtivo e como ele vem evoluindo, e não sabemos tantos outros indicadores que nos faz falta em ajudar a criar políticas de desenvolvimento e preparar ferramentas de apoio e capacitação a quem está no meio.

Para muitos, o movimento é um fado ou uma nova onda de tendências de consumo, algo que logo passará, mas para o mundo é um processo de transformação de indivíduos que buscam melhorar a qualidade de vida, a segurança dos bens que consomem, e que se preocupam em garantir que as outras gerações possam ter esta mesma possibilidade.

Queremos o futuro num planeta vivo, orgânico e saudável para se viver. É uma mudança sem volta.

Como todo setor que se desenvolve, o desafio é crescer de forma planejada, organizada e trazendo todos os elos da cadeia. Em 2015, fundamos o ORGANIS - Conselho Brasileiro da Produção Orgânica e Sustentável com o propósito de ser um facilitador para este desenvolvimento.

A principal missão do ORGANIS é harmonizar a demanda que o setor precisa de forma a poder atender empresas dos setores de alimentos e bebidas, indústria de higiene e cosméticos e o setor têxtil, onde no mercado global estes setores já são uma realidade junto ao consumidor.

O ORGANIS foi construído com a colaboração de Conselheiros Curadores que podem ajudar a unificar as demandas de forma legítima e imparcial. O ORGANIS terá pela frente prioritariamente o desafio de se fazer presente institucionalmente, fomentar o processo de comercialização no país e nos mercados globais, e ser um canal de comunicação junto ao consumidor final: educar e conscientizar sobre o produto orgânico.

Para o futuro, podemos constatar a mudança de parâmetros e critérios que os consumidores adotam e sabemos que o preço nem sempre é decisivo, apesar do cenário econômico não muito positivo para os próximos anos. Esperamos que cada vez mais, a racionalidade e o bom senso sejam decisivos na busca de produtos mais éticos, seguros e saudáveis.

Assumindo essa posição assertiva, o Conselho Nacional da Produção Orgânica e Sustentável – ORGÂNIS - se apresenta para ser esta plataforma de negócios para unir integrantes de uma cadeia produtiva, ser a representante legítima de produtores, processadores, empresas e empreendedores brasileiros da cadeia de produção orgânica e sustentável.

É um novo desafio para um país como o Brasil - orgânico por natureza e com a maior biodiversidade do planeta.

Ming Liu é diretor do ORGANIS – mingliu@
organis.com.br

*Curtas

“Os de Fora” é primeiro lugar em concurso estadual

O grupo de quadrilha junina de Tangará da Serra 'Os de Fora' participou no último final de semana, em Lucas do Rio Verde, da etapa estadual do Campeonato Brasileiro de Quadrilhas Juninas, promovido pela Confederação Nacional de Quadrilhas Juninas (Conaqj). Retratando as belezas e a cultura de Mato Grosso – Dos teus dons o tesouro exaltando nosso ouro – o grupo se destacou no evento e trouxe para Tangará da Serra o troféu de campeão do evento. Com a classificação, os quadrilheiros representarão o Estado no Campeonato Brasileiro que será realizado em Roraima.

Recentemente, o grupo representou Tangará da Serra de forma fantástica durante a primeira etapa do Festival de Quadrilhas do Vale do Araguaia (Festrilha) sendo também o campeão geral do evento. Maiores detalhes sobre a vitória do grupo tangaraense no evento, na próxima edição.



Homophobia

Só em 2015, Mato Grosso registrou 50 boletins de ocorrência devido a homofobia. O número é do Grupo Estadual de Combate a Crimes de Homofobia (GECCH). Os crimes são distribuídos em 15 naturezas, mas as principais são tentativa de homicídio, lesão corporal, ameaça, injúria e injúria mediante preconceito, e vias de fatos.

Perfis

O Grupo Estadual de Combate a Crimes de Homofobia articula políticas públicas executadas pelas forças da Segurança Pública (Polícias Civil e Militar, Corpo de Bombeiros, Politec e Detran) atua após os crimes. Atualmente, o órgão estadual traça os perfis das vítimas e dos autores para poderem desenvolver com mais eficiência tais projetos.

Viaduto

O viaduto Jamil Bou-tros Nadaf (Sefaz), que custou R\$ 7,4 milhões, foi alvo de depredação por parte de servidores em greve. Os manifestantes picharam o muro em toda a extensão da obra. A ação, segundo as informações, foi orquestrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Mato Grosso (Sintep-MT).

Pinchadas

Foram pichadas palavras de ordem contra as parcerias público-privadas e pedidos de abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação. Inaugurado em 2014 pelo ex-governador Silval Barbosa, que hoje está preso por desvios de dinheiro público, o viaduto da Sefaz apresentou problemas em sua estrutura e ficou por meses desativado.

*Bastidores da Política

Assembleia

Foram escolhidos os presidentes e vice-presidentes de mais três Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa. Até o final de junho as 13 comissões devem ter suas composições definidas. Já devem dar continuidade aos trabalhos a Comissão de Revisão Territorial, Comissão de Infraestrutura Urbana e de Transporte e a Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Cargos

Na eleição da direção da Comissão de Revisão Territorial, o deputado Odanir Bortolini, o Nininho (PSD), continuou como presidente do grupo. Nininho reassumiu o compromisso de continuidade ao Projeto de Atualizações das Divisas Intermunicipais, que está em curso na Casa, para identificar as demandas dos municípios e realizar ajustes nos limites territoriais.

Negou

O governador Pedro Taques (PSDB) negou que os R\$ 150 milhões que o Executivo terá, até o final do ano, com a carência no pagamento de sua dívida com a União possa ser revertido para o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA). A moratória foi acertada no início da semana, em reunião entre o presidente interino Michel Temer (PMDB) e governadores, em Brasília.

Contas

Durante o encontro, o presidente cobrou austeridade nas contas públicas como contrapartida ao alívio nas despesas dos Estados pelos próximos dois anos e meio. "O pacto que os governadores fizeram é para que limitemos os gastos com pessoal. Investimento nas áreas em que Mato Grosso mais precisa", disse o governador, em conversa com a imprensa.

Perdas

O Governador Pedro Taques também negou que os valores do Auxílio Financeiro para Fomento das Exportações (FEX) de 2016 possam ser revertidos para recompor as perdas inflacionárias. Neste mês, a União repassou a terceira e última parcela do FEX de 2015. Entretanto, o valor deste ano, de quase R\$ 400 milhões, ainda não tem previsão de pagamento.

Momentos

O governador disse acreditar que a atual gestão deve continuar a enfrentar “momentos difíceis”. Mas ressaltou que não está preocupado com as próximas eleições. “Os populistas adoram decisões para serem aplaudidos. Populistas são aqueles que pensam nas próximas eleições. Mas eu não estou pensando nas próximas eleições. Estou pensando na próxima geração de mato-grossenses”, disse.

Confirmação

O Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) confirmou, por meio de resolução normativa, que o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) impacta diretamente no aumento de despesa de pessoal para fins de cálculo para apuração dos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

RGA

Por sua vez, o Ministério Público de Contas opinou pelo acolhimento da Consulta pelo seu relevante interesse público e, acompanhando o parecer da CT/TCE-MT, também considerou que a RGA configura-se em um aumento nominal de subsídios e salários, não podendo, dessa forma, ser separada da base de cálculo para a apuração dos limites de comprometimento da folha de pessoal constantes na LRF.



Greve gera prejuízo de R\$ 756 milhões

A greve dos servidores do Instituto de Defesa Agropecuária de Mato Grosso (Indea) causa elevados prejuízos ao setor produtivo da carne. Em 21 dias de paralisação completados hoje (27) deixaram de circular na economia estadual R\$ 756 milhões só com o abate nas plantas frigoríficas. A greve dos mais de 800 servidores do órgão, começou em 6 de junho, e desde então as plantas pararam de movimentar, em média, R\$ 36 milhões por dia.

Os dados constam em levantamento realizado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).O estudo intitulado “Impacto da greve do Indea no abate de bovinos no Estado de Mato Grosso”, revela que diariamente são abatidas 17,1 mil cabeças de bovinos entre bois (8,8 mil) e vacas (8,3 mil), sendo produzidas 280,6 mil arrobas, o equivalente a 4,21 mil toneladas de carne por dia, que geram o faturamento estimado em R\$ 36 milhões.